

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.555 - MG (2018/0315657-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
AGRAVANTE : DEBORAH MICHELLY MILAGRES MONTEIRO (PRESO)
ADVOGADOS : ANA PAULA RESENDE ROCHA ABRANCHES - MG102535
SINVAL SALIM MOREIRA - MG050508
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por DEBORAH MICHELLY MILAGRES MONTEIRO contra decisão proferida pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu seu apelo nobre.

Consta dos autos que a agravante foi pronunciada, na forma do art. 413 do CPP, como supostamente incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e III, e § 4º, II parte, ambos do Código Penal, a fim de que seja submetida a julgamento perante o Tribunal Popular.

Interposto recurso especial, este não foi admitido pela Instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual a agravante sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiria *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o apelo nobre.

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ fls. 723-726.

É o relatório.

No recurso especial, a parte pretende, em síntese, sob a égide do postulado do *in dubio pro reo*, a cassação da decisão de pronúncia de e-STJ fls. 539-544, ratificada pelo Tribunal recorrido, por “*patente AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE e ainda INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA*” (e-STJ fl. 665), visto que, “*tanto a sentença monocrática como o acórdão impugnado (ao mantê-la) negam vigência à lei federal, precisamente aos arts. 158 e 564, III, b, do CPP*” (e-STJ fl. 664).

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o recurso especial interposto não merece seguimento.

Acerca da indigitada mácula aos arts. 158 e 564, III, b, ambos do CPP, a Corte *a quo*, ao julgar os aclaratórios, opostos pela defesa, expendeu (e-STJ fls. 655-656):

[...]

Primeiramente, verifica-se que o primeiro tópico tratado no Acórdão embargado é o relacionado à prova da materialidade do delito, a qual foi analisada de forma minuciosa e exaustiva.

Outrossim, a Turma Julgadora não está obrigada a analisar no Acórdão parecer de médico trazido pela defesa, que revela apenas sua opinião técnica sobre o assunto, mister porque tal documento foi trazido extemporaneamente, após o momento de produção de provas, e sem que dele pudesse ter vista a parte contrária.

Além disto, o Acórdão deixou bem claros os motivos pelos quais a Turma Julgadora entendeu estar comprovada a materialidade do delito, ao que seus argumentos não estão a merecer muitas considerações.

Sobre a controvérsia em exame, mister destacar que o recurso especial não é o instrumento adequado à discussão aprofundada a respeito de provas e fatos, não havendo como se valorar os elementos probatórios até então colacionados, como pretende a defesa, para perquirir se a recorrente é a autora do delito capitulado no art. 121, § 2º, incisos I e III, e § 4º, II parte, ambos do CP, porquanto tal debate exauriente é atribuição exclusiva do Tribunal do Júri, constitucionalmente competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, não devendo ser realizado nesta oportunidade e instância.

No caso dos autos, tendo a decisão recorrida - em juízo de prelibação - asseverado que as provas dos autos seriam suficientes a indicar os indícios de autoria e materialidade do fato delitivo, necessários a manter a decisão de pronúncia, não há como este Sodalício desconstituir tal conclusão, porquanto a verificação dos elementos de convicção reunidos no curso do feito implicaria o aprofundado revolvimento de matéria fático-probatória, providência que é vedada na via eleita, conforme disposição do Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte.

A propósito:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO COLEGIADO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 568/STJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS. ANIMUS NECANDI. LEGÍTIMA DEFESA. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PLEITO QUE DEMANDA REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DELINEADO NOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DO INSTITUTO DA CONSUNÇÃO ENTRE OS DELITOS DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

III - As alegações dos agravantes no sentido de que não há provas de materialidade e de indícios suficientes de autoria a embasar a decisão de pronúncia, ou de que tenham agido em legítima defesa, reclamam, necessariamente, incursão no acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento, enfatize-se, vedado pela Súmula n. 7 desta Corte, e que não se coaduna com os propósitos atribuídos à via eleita.

IV - No que concerne à alegação de que se configurou o instituto da consunção, nos termos postos na presente irresignação, inexistindo discussão perante o eg. Tribunal a quo quanto ao tema, nos termos mencionados no apelo nobre, seja por ocasião do recurso em sentido estrito, seja por ocasião da rejeição dos embargos de declaração, incide o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, ante a ausência do

indispensável prequestionamento.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1036011/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 10/09/2018, grifou-se)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. EXTRAVIO DO INSTRUMENTO PROCURATÓRIO POR FALHA DO PODER JUDICIÁRIO. COMPROVAÇÃO. SÚMULA 115/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. SOLUÇÃO CONTRÁRIA AOS INTERESSES DO RÉU. DESCLASSIFICAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

7. A reversão do julgado que manteve a decisão de pronúncia para desclassificar a conduta de tentativa de homicídio para lesão corporal implicaria necessário reexame do contexto fático-probatório, o que não se admite na via eleita, nos termos da Súmula 7/STJ.

8. Embargos de declaração acolhidos para conhecer do agravo em recurso especial mas negar-lhe provimento, mantendo-se, contudo, o sobrestamento da ação penal, determinada pelo Ministro Marco Aurélio, nos autos do HC 147.630/PE, até deliberação final do Supremo Tribunal Federal.

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 767.912/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018, grifou-se)

Ademais, verifica-se que o acórdão impugnado está em harmonia com o sólido entendimento desta Corte Superior sobre o assunto, no sentido de que a decisão de pronúncia deve ser alicerçada em indícios de autoria e na prova da materialidade, e de que nesta fase vige o princípio do *in dubio pro societate*, sob pena de usurpação à competência natural do Tribunal do Júri.

Destarte, propala esta Corte de Superposição que “Na pronúncia, cumpre ao magistrado de primeiro grau exercer apenas um juízo preliminar, no qual prevalece o princípio *in dubio pro societate*, ou seja, os elementos caracterizadores do delito não precisam ser inequívocos a justificar a decisão de dar prosseguimento ao feito perante o *eg. Tribunal do Júri*.” (AgRg no AREsp 855.411/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 14/10/2016).

Nessa toada:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. OFENSA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INCONFORMISMO DA PARTE. PRONÚNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA OU DE PARTICIPAÇÃO. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. IMPRONÚNCIA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

EXCLUSÃO DE QUALIFICADORAS. IMPOSSIBILIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO. CIRCUNSTÂNCIA OBJETIVA. COMUNICABILIDADE. ESFERA DE CONHECIMENTO.

SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

3. Este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que a decisão de pronúncia, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, não exige prova incontroversa da autoria do delito, bastando tão somente a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação e a certeza quanto à materialidade do crime, tendo em vista que nesta fase processual, vigora o princípio do in dubio pro societate. Precedentes.

4. A pretensão recursal no sentido de alterar o acórdão impugnado para o fim de impronunciar os réus ensejaria a verificação da presença dos indícios suficientes de participação, o que não é possível na via eleita, haja vista a necessidade de revolvimento dos elementos fáticos e probatórios dos autos.

5. Esta Corte Superior de Justiça entende que somente é cabível a exclusão de qualificadoras da pronúncia quando manifestamente improcedentes ou descabidas, assim garantindo-se a constitucional competência do Tribunal do Júri.

6. O posicionamento desta Corte Superior em relação à qualificadora relativa ao recurso que dificultou a defesa do ofendido é que, por ser circunstância objetiva referente ao modo de execução do crime, pode se comunicar ao partícipe, desde que tenha entrado em sua esfera de conhecimento. Nesse contexto, modificar o entendimento esposado pelo acórdão recorrido, quanto à referida qualificadora, exigiria o revolvimento fático-probatório, procedimento inviável na via do recurso especial, em face da Súmula 7/STJ.

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1739286/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 15/08/2018, grifou-se)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO TENTADO. PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. PRETENSÃO DE DESPRONÚNCIA E DE EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS.

SÚMULA 7/STJ.

1. "A decisão interlocutória de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação, não sendo exigido, nesse momento processual, prova incontroversa da autoria do delito - bastam a existência de indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime" (AgRg no REsp 1128806/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 26/6/2015).

2. Pronunciado o agravante por homicídio duplamente qualificado tentado, porque o Tribunal de origem, em acórdão devidamente fundamentado, entendeu presentes a prova da materialidade e

indícios suficientes de autoria, a desconstituição das premissas fáticas nele assentadas esbarra na vedação prescrita pela Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1064639/PE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017, grifou-se)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há ilegalidade na pronúncia que, de forma sucinta, se fundamenta em elementos colhidos dos autos. Tal decisão encerra mero juízo de admissibilidade da acusação, exigido-se nessa fase apenas a certeza da materialidade e indícios de autoria, devendo prevalecer o princípio in dubio pro societate.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 293.099/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 19/08/2016 - grifou-se)

Assim, por se encontrar o acórdão fustigado em consonância com a jurisprudência firmada nesta Corte, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto no Enunciado n.º 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, também aplicável ao recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

Por tais razões, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso II, *a*, do Regimento Interno do STJ, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator